



FONTES, PESQUISA DOCUMENTAL E A HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR: caminhos metodológicos e experiências de campo

Sthefanny Bastos Veiga Marins¹
smarins@id.uff.br

Lucas Zanelatto Pullig²
lucaszanelatto@id.uff.br

Samara Silva Francisco³
samarasf@id.uff.br

Ana Gabriela Soares Pereira⁴
gabriela_ana@id.uff.br

Diego Carlos Pereira⁵
diegocarlos@id.uff.br

Resumo

A História da Geografia Escolar tem sido tema de importantes pesquisas ao longo das últimas décadas, possibilitando a discussão e melhor compreensão de como a Geografia, enquanto disciplina escolar, foi institucionalizada nos currículos, os métodos utilizados para o seu ensino e quais eram seus objetivos e finalidades. Nesse sentido, o conceito de cultura material escolar tem nos ajudado a olhar para artefatos historicamente secundarizados pela História. Este trabalho é fruto de uma iniciativa da Rede Nacional de Pesquisa em História da Geografia Escolar a partir de uma pesquisa que promove a busca e catalogação de fontes documentais históricas para disponibilização em ambiente digital, promovendo mais acesso às fontes e facilitando futuras pesquisas. Seu amplo recorte é demarcado pela origem da disciplina no Brasil, datada do século XIX, até 1930, quando a Educação, de fato, passou a ocupar espaço nas preocupações do poder. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar o percurso metodológico e as experiências de campo do núcleo fluminense desse projeto. A partir da socialização das nossas experiências de forma descritiva-exploratória, discutiremos estratégias e desafios encontrados ao longo do caminho percorrido, buscando contribuir para futuras pesquisas no campo, especialmente as voltadas para a História da Geografia Escolar. Além disso, apresentamos uma sistematização teórica acerca dos procedimentos que balizam nossos trabalhos e nossa relação com a pesquisa documental.

Palavras-chave: História da Educação; cultura material escolar; fontes documentais.

¹ Bacharelanda em Geografia e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciado em Geografia (UFF). Professor de Geografia efetivo da rede municipal de educação de Nova Iguaçu (RJ).

³ Graduanda de licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista voluntária de extensão pela Pró-reitoria de Extensão (Proex) da UFF, vinculada à Faculdade de Educação.

⁴ Bacharelanda em Geografia e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de extensão pela Pró-reitoria de Extensão (Proex) da UFF, vinculada à Faculdade de Educação.

⁵ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Campus Rio Claro/SP). Professor da área de Educação e Geografia do Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, em caráter efetivo.



Introdução

A História da Geografia Escolar tem se consolidado gradualmente como campo de pesquisa ao longo das últimas décadas. Trabalhos como o de Issler (1973), Vlach (1988) e Rocha (1996) foram basilares para o desenvolvimento de investigações voltadas à constituição e transformação da disciplina no contexto escolar brasileiro. Esses autores lançaram luz sobre aspectos como a institucionalização da Geografia no currículo, seus métodos e finalidades ao longo do tempo. Tais estudos inauguraram um caminho que, nas décadas seguintes, foi aprofundado e diversificado por diferentes pesquisadores que ampliaram as perspectivas de compreensão da história da disciplina (Angelo, 2022; Albuquerque, 2014; Maia, 2014; Pereira, 2019; Cabral, 2022; dentre outros).

Neste sentido, seguindo o movimento de aumento das possibilidades de pesquisa no campo, este trabalho tem como objetivo apresentar o percurso metodológico e as experiências de campo do núcleo fluminense de um projeto vinculado à Rede Nacional de Pesquisa em História da Geografia Escolar. Esta iniciativa⁶ está voltada à busca por fontes para a história da disciplina em quatro províncias brasileiras (PB, PE, RJ e SP) a partir do mapeamento e catalogação de fontes primárias em acervos e arquivos documentais. Seu amplo recorte é demarcado pela origem da disciplina no Brasil, datada do século XIX, até 1930, quando a Educação, de fato, passou a ocupar espaço nas preocupações do poder (Gadotti, 2003) e ser discutida em âmbito nacional. Além disso, a pesquisa tem por objetivo criar um site que disponibilize um acervo digital com documentos históricos que auxiliarão pesquisadores em investigações futuras.

A partir disso, pretendemos realizar uma explanação de nossas experiências sobre os modos de fazer pesquisa em história da Educação e história das disciplinas escolares a partir desse projeto. Vamos discutir as estratégias adotadas e os desafios encontrados no decorrer do processo, almejando contribuir com futuras pesquisas no campo, especialmente aquelas voltadas à constituição de objetos históricos da disciplina escolar Geografia. Trata-se, portanto, de um artigo descritivo-exploratório com enfoque metodológico aliado à revisão bibliográfica.

Nesse contexto, é importante destacar o conceito de cultura material escolar, que tem ganhado grande notoriedade nas pesquisas em História da Educação ao ser discutido por

⁶ Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do edital Pró-Humanidades, Chamada nº 40/2022 (Processo nº 409452/2022-0), a referida pesquisa está em andamento e mobiliza pesquisadores de cinco universidades brasileiras: UEPB, UFCG, UFPB, UFF e USP.



diversas perspectivas teóricas diferentes (Albuquerque, 2021). Vidal (2017) ressalta que a materialidade pode ser tratada tanto como categoria quanto como fonte nas investigações em história. Dessa forma, quando mobilizamos o conceito de cultura material, “[...] tratamos tanto de artefatos, quanto dos elementos materiais do mundo que nos cerca [...] ou mesmo o tempo” (Vidal, 2017, p. 254). Em diálogo com Vidal, Albuquerque (2021) afirma que podemos estudar esses artefatos na sua relação com os sujeitos sociais que os utilizaram ou ainda elaborar questões para construir narrativas históricas sobre a escola e as disciplinas escolares, tomados como fontes e objetos de estudo.

Essa percepção a respeito da cultura material só foi possível a partir da própria ampliação do conceito de fonte histórica (Albuquerque, 2021). Funari (2008) ressalta que esse conceito é originário do cientificismo que prevalecia no século XIX (atendendo à preocupação da História com a descoberta de verdades absolutas). Em contraposição a essa perspectiva, destaca-se a importância do paradigma da historicidade, defendido pela *Escola dos Annales*, que se opõe a interpretações reducionistas e globalizantes em disputa com o velho historicismo (Janotti, 2008). Nesse novo paradigma, a fonte deixa de ser lida como um dado estatístico e a relação entre o documento e a escrita da história não se configura de forma direta, mas mediada. A fonte precisa ser lida, comparada, contestada, contextualizada, perguntada (Albuquerque, 2021).

Ainda que nossos esforços neste artigo não se traduzam em analisar as fontes, acreditamos que esta explanação nos oferece subsídios importantes para descrever o processo de busca e catalogação de fontes primárias em arquivos e acervos. Isso porque, a partir dela, nossa busca por artefatos é, também, ampliada. Nesse sentido, nos concentraremos em encontrar documentos tais como leis, livros didáticos, currículos e programas escolares das províncias do Brasil.

Dialogando com essas noções, organizamos o texto em outras três seções para além desta introdução. Na primeira delas, “Pesquisa documental: pressupostos metodológicos”, apresentamos uma sistematização das ideias apresentadas por Bacellar (2008), cujo texto sobre o trabalho em acervos e arquivos tem servido como referência para nossa atuação. Na seção seguinte, apresentamos nossas experiências a partir de uma descrição do percurso investigativo realizado em diferentes instituições. Até o presente momento, realizamos consulta aos acervos da Fundação Biblioteca Nacional, do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), da Câmara Municipal de Niterói e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Destacamos os critérios de seleção adotados, os desafios enfrentados e estratégias mobilizadas ao longo do processo de mapeamento e catalogação. Por fim, apresentamos nossas considerações finais, retomando os aspectos centrais do texto e buscando novas prospecções.

Pesquisa documental: pressupostos metodológicos

A compreensão da história da Geografia Escolar a partir do estudo de fontes documentais é base do percurso metodológico deste trabalho, fundamentando-se na ideia de que, tanto de forma implícita quanto explícita, esses documentos revelam aspectos do contexto histórico, político, educacional e social em que foram produzidos. Para Bacellar (2008) a pesquisa documental se desdobra a partir do entendimento de que os documentos não são neutros, pois eles sempre carregam consigo a opinião dos sujeitos que os escreveram. Portanto, ao analisar os documentos educacionais do período provincial, não apenas acessamos informações sobre o ensino de Geografia, mas também desvendamos as estratégias discursivas e os projetos políticos que buscavam moldar tanto a educação quanto a própria noção de território nacional, um processo intimamente ligado à produção documental desde os primórdios da colonização (Bacellar, 2008).

Esse é um viés de grande importância nesse trabalho, visto que a temática central tem uma de suas referências no período provincial brasileiro. Este se caracteriza pela transição de um poder imperial para a consolidação do Brasil como um Estado Republicano.

Ao levar em consideração que a produção documental esteve, em grande maioria, ligada às figuras centrais de poder, Bacellar (2008) destaca que desde os primórdios da colonização brasileira, a produção documental era uma prática necessária, ainda que desorganizada. Ele ressalta que, "[...] desde o momento em que o europeu desembarcou no continente americano, teve início, embora de maneira bastante desorganizada, a produção de documentos de caráter público, [...]" (Bacellar, 2008, p. 45).

Nesse sentido, o autor salienta que contextualização é, portanto, essencial para a interpretação histórica. O pesquisador deve ter algum grau de conhecimento a respeito da cultura organizacional do Estado durante o período estudado, pois a produção documental tinha caráter bastante centralizado. Apenas ao entender um texto dentro das circunstâncias de sua época, o pesquisador pode evitar anacronismos e tentar prospectar intenções por trás da produção documental.



O historiador deve manter uma postura crítica diante das fontes, pois o documento é uma representação parcial da realidade, influenciada por interesses e limitações de quem o produziu. Bacellar adverte que "ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu" (Bacellar, 2008, p. 64), reforçando que a análise documental só se completa quando o pesquisador ultrapassa a aparência do texto e investiga suas condições de produção.

Este enfoque crítico é particularmente relevante para investigar como a Geografia Escolar brasileira foi influenciada por correntes internacionais (como a geografia francesa ou alemã) ou por como se deu sua adaptação aos contextos locais. E além disso, até mesmo avaliar se as fontes refletem (ou silenciam) determinadas visões de sociedade, território e cidadania ao longo do tempo.

A digitalização de acervos tem ampliado o acesso a fontes, mas Bacellar (2008) adverte: como ler esses documentos sem reproduzir passivamente suas perspectivas originais? Nesse sentido, algumas questões-chave podem ser de grande relevância para buscar compreender as intencionalidades presentes nos artefatos, pois orientam a contextualização do documento de uma forma crítica e minuciosa.

Para a etapa da análise, o autor destaca três perguntas que norteiam a análise documental: "Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem?" (Bacellar, 2008, p. 63). Essas questões convidam o pesquisador a examinar os documentos para além de suas mensagens objetivas e do texto escrito. Em um período marcado pela difusão de ideologias modernas europeias (que é o século XIX), com o crescimento da perspectiva nacional e com a presença de conflitos políticos e regionais, é importante que até mesmo as mensagens nas entrelinhas sejam prospectadas.

No que diz respeito à operacionalização da pesquisa documental, há impactos enumerados a partir dos processos de preservação, manutenção e organização das fontes históricas. Bacellar enumera algumas regras básicas para o acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração das fontes. Esses princípios são fundamentais para garantir que os documentos resistam ao tempo e permaneçam acessíveis às futuras gerações de pesquisadores. A má preservação dos documentos também gera transtornos com relação a acessibilidade, visto que muitos dos documentos fundadores, como relatórios oficiais e currículos históricos, são encontrados em arquivos públicos, institucionais ou coleções particulares, muitas vezes sem



catalogação sistemática ou condições adequadas de conservação. Essa fragmentação compromete não apenas o acesso, mas a própria reconstituição de contextos históricos.

De forma particular, a pesquisa em arquivos para reconstituir a trajetória da Geografia nas escolas brasileiras enfrenta a escassez de registros sistematizados, especialmente do período anterior à República. Muitas vezes, é necessário cruzar fontes indiretas, como legislações educacionais, livros didáticos antigos e memórias de professores, para entender como a disciplina evoluiu de um saber enciclopédico para uma ciência escolar. A digitalização de acervos tem aberto novas possibilidades, mas ainda há lacunas significativas, sobretudo em documentos regionais que poderiam revelar como a Geografia era ensinada fora das proximidades da Corte.

Nesse sentido, é válido destacar que pesquisas recentes trazem a possibilidade de compreender a história da Geografia Escolar num sentido mais amplo, para além das relações estabelecidas a partir das figuras e espaços centrais de poder ligados à corte imperial. Pois, como destacado por Albuquerque (2014) ao tratar sobre o prestígio relacionado ao Colégio Pedro II no período provincial, não podemos arriscar demarcar a história da Geografia Escolar somente por aquilo que foi estabelecido a partir de uma “escola modelo”. É importante que o percurso histórico que compõe a pesquisa documental seja traduzido a partir de uma análise abrangente no que tange às escalas, que não se vincula apenas às concepções hegemônicas de poder.

Experiências de campo: estratégias e desafios

Nosso trabalho em campo tem o seu ponto de partida com a seleção de acervos que apresentam potencial de guarda de fontes documentais relevantes para a nossa pesquisa. Nesse momento, nos dedicamos à pesquisa sobre os locais e as suas possibilidades de visita. Após a seleção dos locais, a equipe se apresenta em uma primeira visita técnica que tem como objetivo a apresentação dos pesquisadores em si. Com essa etapa concluída, é preciso entender a organização e a abrangência daquele acervo e os tipos de fonte que ele guarda, para que assim seja possível uma busca por período e obra.

Iniciamos nossa catalogação pela Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A instituição possui um catálogo online que facilitou o levantamento das obras que seriam catalogadas, possibilitando a busca por palavras chaves como *chorographia*, *geografia*, *geographyco*, entre outros. Apesar da ferramenta ser um facilitador, por se tratar de obras com



mais de um século de vida, a grafia antiga é um desafio a ser vencido porque encontramos catalogações que não respeitavam a escrita original.

Após a seleção dos documentos e a apresentação formal da pesquisa, o trabalho de catalogação é iniciado. Entendemos junto à instituição se é possível a utilização de equipamentos de *scanner* para obtermos resultados mais nítidos e caso não seja, como foi o caso da Biblioteca Nacional, utilizamos aplicativos de celular que realizam a função. Apesar desses aplicativos realizarem o escaneamento das obras de forma satisfatória, algumas variáveis como as condições de iluminação do local onde o trabalho está sendo feito podem afetar a qualidade final do arquivo digital.

Em determinado dia durante as semanas de trabalho na Biblioteca, nossa equipe precisou se desmobilizar após a chegada ao local de trabalho devido à falta de iluminação natural por se tratar de um dia nublado, o que inviabilizou a catalogação.

Finalizada a etapa de catalogação, é necessário processar os arquivos e editá-los caso haja necessidade, além de conferir se todas as páginas estão com visualização nítida. Assim, com o arquivo editado e o trabalho de escaneamento finalizado, salvamos o arquivo em nuvem para que futuramente seja distribuído ao site junto das demais obras.

Com os trabalhos na Biblioteca Nacional finalizados, iniciamos todo o ciclo de trabalho no próximo acervo escolhido que foi o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM). O Colégio Pedro II representa um importante local de guarda para a memória da educação desde a sua institucionalização, em 1837, quando o colégio passou a ser a referência na educação do Rio de Janeiro e da corte como um todo.

Um dos desafios do trabalho em acervo e da catalogação de obras tão antigas se dá justamente por serem obras que já apresentam um nível de deterioração avançado pelo tempo. O trabalho exige capacitação e cautela no manuseio para não danificar as obras e para proteger a saúde do próprio pesquisador, sendo necessário o uso de equipamentos de proteção individual (EPI), tais como máscaras e luvas.

Apesar destes desafios, o NUDOM realiza um trabalho de preservação muito importante, desde a conservação adequada até a própria disponibilização dos EPIs para os pesquisadores. Outro facilitador que tivemos durante o nosso trabalho no acervo do Colégio Pedro II foi a permissão do uso dos aparelhos de *scanner*, o que possibilitou a catalogação de diversas obras com uma excelente qualidade para visualização, além do acesso irrestrito às fontes.



Após semanas de visitas ao NUDOM, dirigimos as nossas buscas para a cidade de Niterói, cidade que foi capital do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX. Foram feitas visitas à Biblioteca Parque, ao Liceu Nilo Peçanha e à Câmara Municipal de Vereadores, sendo apenas possível a entrada da equipe na última instituição através da interlocução de um funcionário.

Após toda a etapa de apresentação da equipe na Câmara e conversa com o funcionário responsável pela chefia do setor, tivemos o acesso ao acervo liberado e nos deparamos com um grande desafio: o acervo era pouco explorado e praticamente nada sistematizado, além de não possuir conservação adequada para os documentos ali guardados. Após a leitura e análise de várias Atas de Sessões parlamentares, nos deparamos com uma caixa que não era sequer identificada, mas que guardava uma cópia da lei de 1837 que instituiu a educação primária na província do Rio de Janeiro. Apesar de não se tratar de um livro didático ou de um manual em si, esse é um importante achado para nossas pesquisas no que tange às finalidades do ensino de Geografia no século XIX e, a partir do alargamento do conceito de fonte história para a cultura material escolar, se constitui como um artefato relevante.

Atualmente nosso trabalho está em andamento no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), ainda na fase inicial de levantamento de dados do acervo e busca das obras que estão sob a guarda da instituição. Nessa instituição, ressaltamos que seus instrumentos de busca são bastante diversificados: além do catálogo digital, há uma imensa quantidade de fichas organizadas por assunto que descrevem o título das obras, seus anos de publicação e autoria. No caso da busca em ambiente digital, chamamos atenção para a fundamental importância do processo de delimitação dos descritores ou termos de busca, pois a depender da sua disposição, podem haver perdas significativas no processo de pesquisa. No caso do sistema de fichas, nossa atenção deve estar voltada para a interpretação dos títulos e da qualidade de informações que ele nos fornece, à luz de um trabalho de contextualização a respeito da escrita, dos termos comuns utilizados no período estudado e no espírito do tempo.

A partir da reflexão e da socialização das experiências vividas, entendemos que a busca pelas fontes e o trabalho nos acervos faz-se necessário já que permite o avanço do conhecimento sobre a história brasileira e, em especial, a história da geografia enquanto disciplina escolar. Esse trabalho demanda identificação, sistematização, catalogação das fontes e defendemos que deve ainda seguir para a difusão e publicização dessas obras históricas para que mais pesquisadores tenham acesso e novos trabalhos acerca do tema sejam produzidos.



Considerações finais

As possibilidades no campo da História da Geografia Escolar têm sido diversificadas a partir do alargamento do conceito de fonte histórica com o paradigma da historicidade. Ao considerarmos esse movimento, iniciativas como a descrita nesse artigo lançam luz a um leque de artefatos que durante muito tempo foram secundarizados pela história, tais como leis, livros didáticos, currículos e programas escolares, entendendo que essas fontes são importantes para construir narrativas históricas sobre a escola e as disciplinas escolares, em especial para a Geografia. Dessa forma, podemos tomar esses artefatos propriamente como fontes e/ou objetos de análise para a construção de nossas investigações.

Nesse sentido, a sistematização da leitura feita em pressupostos metodológicos reforça a necessidade da centralidade de um olhar desconfiado sobre os documentos para conseguirmos prospectar hipóteses. Entender quem os produziu, com que finalidade e em que contexto histórico é indispensável para não incorrer em leituras anacrônicas, acríticas ou generalizantes das fontes. Tal postura, aliada à atenção com os processos de preservação e acesso aos acervos, revela-se essencial para garantir a integridade da informação histórica e sua utilidade para as gerações futuras de pesquisadores.

As experiências de campo vividas pelo núcleo fluminense do projeto evidenciam a diversidade de realidades institucionais com que o pesquisador pode se deparar. De um lado, acervos com instrumentos de busca consolidados, bem sistematizados e políticas de preservação estruturadas; de outro, arquivos pouco sistematizados e até pouco explorado pelos pesquisadores, como as casas legislativas - cujo acesso muitas vezes depende da mediação de interlocutores e autorizações formais que perpassam a burocracia. Ainda assim, mesmo em meio a desafios como falta de catalogação, má conservação e limitações técnicas, foi possível encontrar fontes valiosas que ampliam a compreensão sobre os sentidos, métodos e finalidades da Geografia escolar ao longo do tempo.

Por fim, reafirmamos a importância de trabalhos que visem ampliar o acesso à fontes históricas de forma digital, facilitando o tratamento por parte dos pesquisadores no que tange aos locais de acesso e contribuindo para a preservação de nosso patrimônio bibliográfico.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. A. M. Um debate acerca da origem da Geografia escolar no Brasil. In. **Interfaces Científicas Educação**. Aracaju, v.2, n.2. p. 13-23, fev. 2014.



ALBUQUERQUE, M. A. M. Que geografias nos contam os recursos didáticos: cultura material e Geografia Escolar. In: ALBUQUERQUE, M. A. M.; DIAS, A. M. L.; In. CARVALHO, L. E. P. (Org.) **História da Geografia Escolar: Fontes, professores, práticas e instituições**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 123-146.

ANGELO, M. D. L. **A Geografia das províncias/ estados do Brasil para as escolas primárias entre as décadas de 1860 – 1920**: situando o caso de Pernambuco. 308 f. Tese de doutorado, PPGG – UFPB, João Pessoa, 2022.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

CABRAL, T. M. **História da Geografia Escolar no período Vargas (1930-1945): discurso escolar moderno e identidade territorial a partir das temáticas físico-naturais**. 300 f. Tese de doutorado, PPGG – UNICAMP, Campinas, 2022.

FUNARI, P. P. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 81-110.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ISSLER, B. **A Geografia e os Estudos Sociais**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente, 1973.

JANOTTI, M. L. O livro **Fontes históricas como fonte**, P. P. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-22.

MAIA, E. J. P. **A geografia escolar na província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889**. 186 f. Tese de doutorado em Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

PEREIRA, D. C. **Movimento escola nova e geografia moderna escolar em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941)**. Tese de doutorado, Instituto de Geociências Exatas, UNESP, 2019.

ROCHA, G. O. R. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1937 – 1942)**. Dissertação de mestrado, Departamento de Supervisão e Currículo. São Paulo: PUC, 1996.

VIDAL, Diana. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251–272, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251>. Acesso em: 02 jul. 2025.

VLACH, V.R.F. **A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. 1988. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.